



DE PATRIMÔNIO EDIFICADO A PATRIMÔNIO SILENCIADO: “MODERNIZAÇÕES” NO CENTRO URBANO DO RECIFE.

Andresa Santana¹

Nadja Carolina Oliveira²

O Recife foi palco de um grande processo de mudanças e modernizações que tinham como finalidade a transformação da cidade segundo parâmetros urbanísticos progressistas. Em detrimento do avanço comercial, seu centro urbano foi alvo de diversos planos que previam a melhoria no tráfego, na salubridade e a mudança da feição colonial que ainda caracterizava a cidade. Todavia, estes planos, baseados no princípio da *tabula rasa*, - utilizado em determinadas práticas urbanísticas e que consistia na adoção da demolição, sem contestações, das tradições e estilos arquitetônicos, como também do tecido urbano - culminaram numa destruição quase total da malha urbana, principalmente no que diz respeito aos monumentos históricos. O bairro de Santo Antônio, local onde se encontrava o comércio varejista e de luxo, as principais edificações religiosas, além das organizações governamentais, sofreu consideravelmente com as mudanças na imagem urbana do local. Em nome dessa modernização, da potencialização econômica e rentabilização do solo, foram destruídos significativos edifícios dos séculos passados, dentre os quais se inclui a Igreja do Paraíso, que representava uma das primeiras edificações religiosas construídas no local, ainda no século XVII. Além do caráter religioso podemos citar a utilidade social do edifício, uma vez que, além da Igreja, havia um hospital e um espaço aberto à frente deles, delineando um pátio, que formavam um singelo conjunto urbano. Inseridos na contextualização do Estado Novo, período que observamos um maior número de modificações e destruições urbanísticas, principalmente no referido bairro, analisaremos quais foram às posições das instituições envolvidas no processo de silenciamento da Igreja do Paraíso; o que as levou a serem coniventes com tais processos de destruição deste monumento e em nome de que modernização e progresso foram feitas tais intervenções neste bairro.

¹Concluinte do curso de História pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: andresa.historia@gmail.com.

²Graduada em História pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: carol1745@gmail.com.



Palavras- Chave: História Urbana, Igreja do Paraíso, Bairro de Santo Antônio.

Abstract

Recife was the scene of a major process of change and modernization which were aimed at transforming the city second progressive urban parameters. At the expense of commercial breakthrough, its urban center was the target of several plans providing for the improvement of the traffic, and the change in the health of the feature that has characterized the colonial city. However, these plans, based on the principle of *tabula rasa*, - used in certain urban practices and that was the adoption of the demolition, without objections, traditions and architectural styles, as well as the urban fabric, as well as the urban fabric - culminated in a near total destruction of urban fabric, especially with regard to historical monuments. The neighborhood of San Antonio, where he was retail and luxury, the main religious buildings, and government agencies, suffered considerably with changes in the urban image of the site. In the name of modernization and economic empowerment and economic use of land, were destroyed significant buildings of past centuries, among which includes the Church of Paradise, which represented one of the early religious buildings built on the site, even in the seventeenth century. Besides the religious character can cite the social utility of the building, since, besides the Church, had a hospital and an open space in front of them, outlining a courtyard, which formed a single urban complex. Embedded in the context of the Estado Novo period we observe a greater number of modifications and urban destruction, especially in that neighborhood, we will examine what were the positions of the institutions involved in the silencing of the Church of Paradise, which led to such conniving processes of destruction of this monument and in the name of modernization and progress that such interventions were made in this neighborhood.

Keywords: Urban History, Church of the Paradise, district of Santo Antonio.

1- Introdução.

“Recife,
Ao clamor desta hora noturna e mágica
Vejo-te morto, mutilado, grande,
Pregado à cruz das grandes avenidas
E as mãos longas e verdes



Da madrugada
Te acariciam.

Joaquim Cardozo, envolvido pelas “modernizações” que concederam a atual configuração do Recife, ilustrando-nos neste poema um pouco sobre os processos urbanísticos que foram desenvolvidos no início do século XX. Estes processos foram realizados a partir de muitas e infundáveis demolições, alavancadas pelos vários interesses políticos e econômicos que procuraram dar à cidade do Recife, principalmente seu centro urbano, uma aparência moderna. A partir dos planos de remodelação desenvolvidos por diversos engenheiros e urbanistas, foram realizadas muitas demolições que marcaram a história da cidade, como foi o caso da Igreja do Paraíso.

Com o objetivo de elucidar sobre o silenciamento da igreja citada, contextualizado pelas mudanças urbanísticas e pelo governo Estado Novista, o presente artigo irá relatar sobre as relações existentes entre o governo de Agamenon Magalhães somado a política “moderna e nacionalista” de Getúlio Vargas, que se utilizou das modificações urbanísticas e sanitárias como forma de legitimar a ditadura implantada pelo Estado Novo. Além disso, trataremos questionamentos acerca da postura da Santa Casa de Misericórdia – que era responsável pela Igreja e pelo Hospital do Paraíso -, no qual teria primeiramente o caráter social, porém acaba como uma instituição filantrópica e de utilidade pública (LORETTO, 2008.).

Para maior entendimento dos processos “modernizadores” que tomaram conta da cidade e que culminará na demolição da Igreja, serão relatadas as modificações urbanísticas movidas pelo afã modernista representado pelo princípio da *tabula rasa*, utilizada pelos planos que serão postos em prática. Este princípio vai contra a preservação dos artefatos urbanos e arquitetônicos e toda a história e valor que os mesmos possuem. A modernização e o progresso da cidade tornam-se mais importante do que a história e os valores culturais dos recifenses.

Para tais fins, foram feitas pesquisas em livros, artigos, dissertações, recortes de jornais, consulta ao acervo textual e iconográfico da Fundação Joaquim Nabuco, bem como consulta aos arquivos do Museu da Cidade do Recife, no intuito de mostrar a postura da sociedade recifense, em seu âmbito civil e católico quanto ao processo de modernização pregada pelo Estado Novo.



2. O desenvolvimento da menina mal-educada.

Os aspectos fisiográficos da cidade do Recife constituem elementos de extrema singularidade nas representações de suas paisagens. Aliados aos fatores de localização geográfica, esses aspectos foram determinantes na fixação da cidade. O início da urbanização desta capital se dá de forma tentacular até meados do século XIX, abrangendo os bairros do Recife, de Santo Antônio e de São José. Com análise de plantas desta época, observamos um crescimento linear da ocupação suburbana rarefeita, partindo de um núcleo urbanizado. Até este momento nos deparamos com um crescimento que possuía certo equilíbrio ambiental no seu todo.

Porém, com o decorrer dos anos, o Recife se transforma. A menina que antes era caracterizada por grandes áreas de mangues e alagados, observa agora uma grande mancha urbana e a ocupação de lugares em decorrência do aterramento de suas áreas. Onde havia anteriormente poucas edificações passa agora a abrigar grandes concentrações de edifícios, e passa a crescer de forma desenfreada, tornando-se antes de tudo, mal-educada, nas palavras do jornalista Mário Melo, que se utilizou desta metáfora para caracterizar o Recife que surgia cheia de vontades, fazendo o que bem entendia.

Além das mudanças na sua configuração urbana e o novo delineamento econômico³, havia uma grande preocupação por parte dos médicos e, posteriormente na figura do sanitarista, sobre as grandes moléstias que assolavam a cidade devido às más condições que a mesma encontrava-se, principalmente seu centro urbano. A cidade foi vista como um corpo que precisava ser cuidado e para isso deveria tomar as devidas precauções. Por isso, principalmente a partir da década de 1930, o urbanismo praticado no Recife era uma mescla entre medidas sanitaristas e higienistas, além de modernizadoras (PONTUAL, 2001).

3. Agamenon Magalhães e a legitimação de um Pernambuco moderno.

No ano de 1937, o governo brasileiro estava representado pela presidência de Getúlio Vargas que, após o fechamento do congresso em 1934, outorga a polaca⁴, e transforma o

³ Temos na configuração econômica da cidade, de um lado comerciantes, do outro, usineiros-fornecedores de cana e os incipientes grupos industriais. O grupo dos comerciantes eram detentores de grandes porções do solo urbano. Já o grupo dos industriais era marcado pela produção têxtil.

⁴ A Constituição de 1937 é também conhecida como Polaca por ter sido baseada na Constituição autoritária da Polônia.



Brasil numa ditadura. Nesse momento, Vargas traz em seu discurso a formação de um país moderno, representado por uma população nacionalista. Dentre as modificações promovidas pelo mesmo, podemos citar as obras urbanísticas e sanitárias

Ao tratar da conjuntura pernambucana observamos Agamenon Magalhães como figura leal a forma de governo Estado Novista, e uma vez que fora nomeado interventor de Pernambuco e tentava legitimar-se em detrimento da construção de uma cidade moderna e industrial, por meio da relação entre o presidente, Getúlio, e o governador, Agamenon, “Pernambuco deixaria de ser província para ser uma grande cidade”(LEITÃO, 1987, p. 60).

O processo de urbanização foi o mecanismo que visou legitimar a quebra com a oligarquia rural representada na figura do antigo governador Carlos de Lima Cavalcanti, alavancando a figura de Agamenon como modernizador e a do antigo governador como retrógrado. Temos alguns pontos que justificam a informação a respeito do surgimento das disputas entre oligarquias e industrialização, “quando a industrialização assume dimensões de um projeto tão amplo que engloba toda a sociedade, onde se propagará: o fim do poder hegemônico da oligarquia rural e comercial exportadora, a luta contra o imperialismo e a constituição do estado nacional” (LEITÃO, 1987, p.63).

Neste momento, temos na prefeitura do Recife, a figura de Novaes Filho que, aliado a Agamenon Magalhães e a Getúlio Vargas, ajudará no desenvolvimento de um Recife moderno e inovador. Pontual nos mostra que este governante fazia alusões constantes a seus assessores, mostrando o reconhecimento e a competência técnica, como também o devotamento e a utilidade do livre exercício de propor o novo. As medidas tomadas por Novaes Filho para a remodelação da cidade, causaram um grande impacto na configuração territorial desta urbe. Entre discussões e demolições o centro urbano do Recife é crucificado, mutilado e morto.

4. Discussões e demolições: os vários planos urbanísticos.

O primeiro plano urbanístico elaborado para o centro do Recife, buscando sanar os males deste *corpo enfermo*, foi o do engenheiro Domingos Ferreira, apresentado no ano de 1927. Seu plano demonstrou uma preocupação com relação a articulação entre as áreas



peninsulares e continentais. Seu primeiro projeto foi marcado pela criação de uma via radial de articulação que partiria da Praça da Independência em direção à Boa Vista, como também um conjunto de vias no qual se destaca uma que cortaria os bairros de Santo Antônio e São José, o que equivaleria à atual Avenida Dantas Barreto.

Entretanto, seu plano foi seriamente criticado, principalmente pela falta de aproveitamento da estrutura da rede de esgotos proposta pelo engenheiro Saturnino de Brito. Assim, outro plano foi apresentado especificamente para o bairro de Santo Antônio, fazendo a devida adequação, no qual ainda também foi sugerida a criação de uma grande praça no Cais do Sol.

Os dois planos de Domingos Ferreira nada diferem em sua concepção geral. As variações de uma proposta para a outra são as posições e larguras de algumas ruas a serem abertas. Ambos os projetos consistem no desvio do tráfego canalizado pelo chamado “corredor da cidade”, formado pela Rua 1º de Março, Praça da Independência e ruas Sigismundo Gonçalves e Barão da Vitória (atual Rua Nova), através da abertura de uma larga avenida que ligaria as praças da Independência e Duarte Coelho (atual junção da Avenida Guararapes com a Rua do Sol). (OUTTES, 1997, pag. 58 e 59)

Embora tenham sido feitas as modificações solicitadas, o plano não foi posto em prática e foi convidado o engenheiro Nestor de Figueiredo. Em seu projeto intitulado Plano de Remodelação e Extensão da Cidade do Recife, a Praça da Independência era vista como ponto de irradiação a partir do qual deveria irradiar em forma de leque duas avenidas de ligação com os subúrbios. A Rua 1º de Março e a Praça da Independência, foco da composição e praça de recepção da cidade, formam um conjunto monumental, tendo ao fundo uma grande massa de construção (OUTTES, 1997). Muitos urbanistas encontram no plano de Nestor de Figueiredo uma forte influência de Donat- Alfred Hubert Agache, autor dos planos de cidades francesas, onde esteve no Rio de Janeiro e posteriormente foi convidado para vir ao Recife com o objetivo de fazer conferências e estudar um plano para a cidade.

Agache define o urbanismo como um esforço de síntese, onde a preocupação é com a cidade como um todo, por isso deve conciliar questões de engenharia, arquitetura, higiene e tráfego. Além da manutenção das avenidas em “Y” no bairro de Santo Antônio, e apesar da eliminação da avenida circular, o anteprojeto de Figueiredo adota outras soluções pensadas por Agache para o Rio de Janeiro.



IV Colóquio de História

*Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade
de 16 a 19 de novembro de 2010 - UNICAP*

Após sugestões feitas pela Comissão Consultiva do Plano da Cidade – criada em 1931, que tinha como objetivo dar pareceres sobre os projetos para o bairro de Santo Antônio – ,Figueiredo elaborou uma segunda proposta onde constava um zoneamento territorial e proposição de um sistema viário, compreendendo os bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista.

Entrelaçados neste contexto, a subcomissão de história, que fazia parte da Comissão Consultiva do Plano da Cidade, emite um relatório externando a preocupação com a conservação do patrimônio histórico e artístico da cidade. Esta subcomissão, composta por pessoas ligadas ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, depois de fazer um breve histórico sobre a evolução urbana da cidade do Recife, classifica os monumentos da cidade em duas principais categorias, os que deveriam ser rigorosamente preservados e os que poderiam ser em última instância, derrubados. Nenhum dos dois grupos incluía a Igreja e o Hospital do Paraíso.

O segundo projeto de Figueiredo foi aprovado pela Comissão do Plano da Cidade um ano e meio depois da primeira reunião para aceitar ou reprovar o plano apresentado. Porém, deveriam ser feitos alguns ajustes com o intuito de atender algumas exigências feitas pela Comissão, principalmente as que eram direcionadas ao bairro de Santo Antônio.

Entretanto, após estudo do projeto, o urbanista Atílio Corrêa Lima, desaprova o plano de Nestor de Figueiredo, criticando a forma irregular das quadras, por questões de estética e de ordem econômica. Segundo Outtes, Corrêa Lima afirma que a propriedade imobiliária deveria compensar os custos de urbanização e que as vendas dos lotes não cobrem as despesas de calçamento, sendo a alternativa proposta por Nestor de Figueiredo irracional.

Em 1935 a aprovação do decreto que criava a Comissão do Plano da Cidade foi negada pelo governo do Estado, que não só a dissolve como anula todos os seus atos, inclusive o de contratar e aprovar o plano de Nestor de Figueiredo. Em meados do mesmo ano é celebrado um contrato feito entre o urbanista Atílio Corrêa Lima e a Prefeitura para a realização de projetos como os realizados por Figueiredo. Em 1936 é nomeada a nova Comissão do Plano da Cidade, sendo um dos seus direitos propor modificações no projeto a ser apresentado. Este último havia sido um dos motivos pelo qual se extinguiu a antiga Comissão.



IV Colóquio de História

*Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade
de 16 a 19 de novembro de 2010 - UNICAP*

Em março de 1936, foi apresentado o Plano de Remodelação do Bairro de Santo Antônio, realizado por Atilio Corrêa Lima. O plano é caracterizado por ser mais econômico que o de Figueiredo e, com isso, possível de ser executado imediatamente.

[...] O traçado proposto é definido por Corrêa Lima como preservador do existente, alterando-o no mínimo possível e conservando o traçado da Praça da Independência e ruas adjacentes. [...] Procura-se projetar a reforma de modo a se evitar desapropriações onerosas, propondo-se a demolição dos edifícios de menor valor locativo. Essa atitude resulta no alargamento de várias ruas em um só flanco, conservando-se o outro alinhamento. (OUTTES, 1997, pag. 138 e 139)

Depois de apresentado o plano e justificado o atraso, uma vez que o projeto só foi apresentado quase cinco meses depois do prazo estipulado no contrato, o prefeito da cidade, Novaes Filho, rompe o contrato apoiando-se na cláusula de decurso de prazo. Além disso, o plano havia sido alvo de inúmeras críticas, principalmente por ter adotado características que o próprio Corrêa Lima havia criticado no plano de Nestor de Figueiredo, como por exemplo, a realização de um plano para o bairro de Santo Antônio sem ter um plano geral para a cidade.

Novaes Filho nomeia uma nova Comissão do Plano da Cidade, cujos membros já haviam participado das comissões anteriores. Essa Comissão estava incumbida de examinar os serviços executados e em andamento no bairro, bem como a sua exequibilidade e continuidade. Deve-se salientar que o golpe de Estado datado de 10 de novembro de 1937, assinalou um ponto de inflexão na trajetória da reforma do bairro de Santo Antônio. Pernambuco é um dos poucos Estados onde se verifica um remanejamento da elite política dirigente com o advento do Estado Novo (PANDOLFI, 1984).

Em 1938 é entregue um novo projeto para o bairro de Santo Antônio, realizado pela Comissão de Remodelação, o que foi aceito pelo prefeito e pelo Interventor Federal. O projeto é basicamente a retomada do último plano de Nestor de Figueiredo, que neste momento foi reabilitado.

A nova avenida então proposta no plano receberia o nome de Dez de Novembro (atual Avenida Guararapes), como uma homenagem ao golpe do Estado Novo. A partir de 1939 já são abertas as concorrências para a compra dos lotes da avenida, sendo estipulados prazos para a construção dos edifícios que deveriam possuir no mínimo sete pavimentos.

Pontual afirma sobre esta avenida que, sua criação significou, sem dúvida, uma ação modernizadora, por modificar o padrão dominante das ruas coloniais presentes no bairro de



Santo Antônio, conferindo a monumentalidade necessária a esse centro político e econômico, e introduzindo a verticalização arquitetônica na cidade.

No ano de 1942 foi proposto o convite ao urbanista João Florense de Ulhôa Cintra para que o mesmo elaborasse, juntamente com a Comissão do Plano da Cidade, um novo projeto para o Recife. Neste mesmo ano, Ulhôa Cintra apresenta as “*Sugestões para Orientação do Estudo de um Plano Geral de Remodelação e Expansão da Cidade do Recife*”. No que concerne a remodelação dos bairros de Santo Antônio e São José, além das questões de progresso, salubridade, insolação, ventilação, Ulhôa Cintra propalava a desobstrução. O plano de abertura de novas avenidas, como a Avenida Dantas Barreto, envolvia a destruição de extensas áreas, sem contar nas outras demolições e desapropriações ocorridas desde a elaboração não só do primeiro plano para o bairro de Santo Antônio, como desde a criação da primeira Comissão do Plano da Cidade.

As modificações urbanísticas ocorridas no bairro de Santo Antônio foram baseadas no conceito da *tabula rasa*⁵, que preconiza a transformação de uma cidade no intuito de criar algo “novo”, de fazer escolhas sobre o seu presente e o seu futuro. Muitas vezes são destruídos partes ou um todo dos artefatos urbanos e arquitetônicos de uma cidade, com o objetivo de reconstruir um novo lugar. Neste contexto não se leva em consideração os elementos que devem ser preservados ou destruídos. A relação entre a *tabula rasa* e a preservação no âmbito urbano implica a construção de visões da história, entendida como o estudo e a interpretação dos acontecimentos, pensamentos e objetos de uma cultura ao longo do tempo (MOREIRA, 2004). A preocupação de fornecer a cidade um ar novo, moderno e inovador, acarretou na destruição de muitos dos patrimônios urbanos e arquitetônicos, como foi o caso da Igreja e do Hospital do Paraíso.

5. A Igreja Edificada.

Ao tratarmos da Igreja do Paraíso e seu valor histórico, social e religioso, nos deteremos a analisar, primeiramente, um breve histórico, desde sua construção no século XVII, juntamente com o Hospital de São João de Deus e a casa dos expostos, local onde eram

⁵ O termo *tabula rasa* pode ser traduzido para o português como um termo filosófico e na variante “tábula rasa”, que significa, superfície plana preparada para receber uma inscrição, porém onde nada ainda se gravou.



deixadas crianças “indesejadas”; e, posteriormente, analisaremos a reforma promovida pelo arquiteto Rodolpho Lima, em 1911⁶.

No século XVII, temos a edificação da Igreja e do Hospital São João de Deus, este último construído como anexo da Igreja, ambos erguidos pelo mestre de campo Dom João de Sousa e sua mulher Ignez de Albuquerque, que por não terem herdeiro legítimo doaram suas terras, como forma de manter os custos da igreja⁷. No periódico Almanach de Pernambuco temos a descrição de um documento que legitima o dote, como a doação foi chamada.

Após o surgimento da Igreja temos a construção da Academia do Paraíso, construída pela associação entre Francisco de Paula Cavalcante e o Marquês do Recife, Francisco Paes Barreto. Porém, a construção não perdurou muito. Sendo necessárias algumas modificações no local.

Torna-se necessário ressaltar a figura do Marquês do Recife em 1848, pois será após a sua morte, que teremos a dissolução da instituição do Hospital do Paraíso, deixando a administração não só do hospital como também a Igreja, aos cuidados da Santa Casa de Misericórdia⁸.

Mesmo com todas as modificações pelo qual passavam tanto a cidade como a Igreja, sua manutenção buscava proteger a estrutura arquitetônica que se caracterizava pelo estilo Manuelino, ou seja, um estilo que estava compreendido pela ausência de adornos que retratavam a simplicidade da edificação. Para justificar tal afirmativa temos a descrição da nave e do frontão da igreja.

A Igreja era uma construção composta por sua nave central, capela mor e torre sineira, essa última recuada em relação ao frontispício. [...] O frontão triangular era bastante simples, sendo apenas contornado pela cimalha em

⁶Almanach de Pernambuco. 1916. p.206.

⁷ Idem.

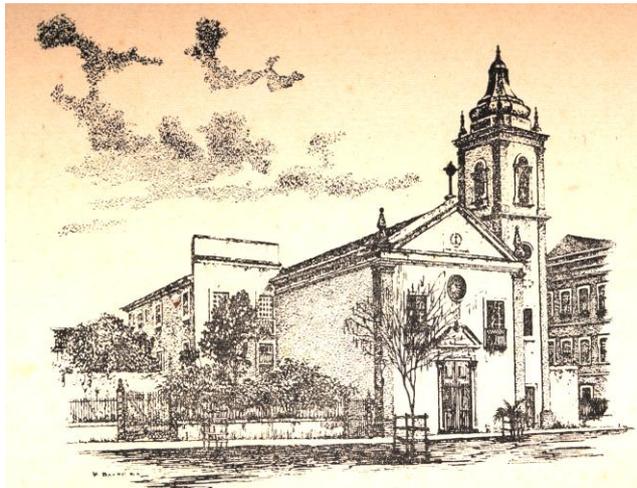
⁸ Seguindo os preceitos do paradigma das Santas casas de Misericórdia em Portugal, as Santas Casas do Recife e Olinda seguiram primeiramente as mesmas funções – o enterro de mortos, assistência aos presos, recolhimento de enjeitados, órfãos e assistência médico hospitalar. Todavia, os aspectos sociais não sobrepuseram os interesses. O que desembocou na disputa entre a Santa Casa de Misericórdia em Olinda e a do Recife, levando ao fim destas e a formação da Junta Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade do Recife, em 1841.

três lados, sobressaindo o seu tímpano liso e sem adornos (LORETTO, 2008, p. 60).

No segundo momento encontramos a reforma da Igreja e do Hospital lideradas pelo arquiteto Rodolpho Lima, envolvido pelo início da remodelação da cidade. Estas mudanças atingiram a Praça Barão de Lucena, como era chamada no momento o antigo Pátio do Paraíso. Neste local se protagonizou a reconstrução do monumento, pois todas as características que modelaram a construção do século XVII foram refeitas e logo passaram a se enquadrar no estilo neogótico, com adornos e coroamentos.

[...]É interessante notar que a nave central da igreja se encontrava interceptada na região do altar por um transepto simétrico, sem formar, no entanto a cruz latina comum aos templos desse estilo. [...] A torre da igreja conhecia com o eixo de simetria do edifício, onde repousava o zimbório piramidal de base quadrangular. (LORETTO, 2008, p. 63.)

No século XX, a Igreja do Paraíso com seu hospital, estavam localizados no Pátio do



Saldanha Marinho.

Figura 1. Cópia feita por Manuel Bandeira da Igreja do Paraíso em sua forma antiga. A imagem original encontra-se, atualmente, no Museu da Cidade do Recife.

Fonte: Anais Pernambucanos, p. 10.

6. O silenciamento de um patrimônio

Durante a realização dos planos urbanísticos foram desocupados e demolidos vários edifícios. As pessoas que resistiam a desocupação, ou por não terem para onde ir – pois muitos não eram proprietários do local –, ou por ser aquele o seu único meio de sobrevivência, foram chamados de “saudosistas de pardieiro”, uma vez que, os edifícios encontravam-se em péssimas condições não só referentes a estrutura, como também em relação a higienização. Servindo somente como ponto de difusão de moléstias.



IV Colóquio de História

*Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade
de 16 a 19 de novembro de 2010 - UNICAP*

Para abertura da Avenida Guararapes foram demolidos diversos edifícios que haviam no local. Parte da área que abrangia a Igreja do Paraíso também havia sido utilizada para a abertura da avenida em questão. Porém, nada comprometia a sua permanência, a não ser o interesse no local devido a grande especulação imobiliária, pois o terreno onde ficava a Igreja era o mais valorizado de toda a avenida.

No momento em que foi afirmado que a Igreja e o Hospital seriam postos a baixo, sendo este último o primeiro a ser demolido, houve uma divisão dos que eram a favor ou contra o silenciamento do edifício. Vários artigos dos jornais relataram a provável demolição da Igreja. O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, por exemplo, foi totalmente a favor da demolição. Vale salientar que o Instituto fez parte da Comissão do Plano da Cidade. O jornalista Mário Melo, no primeiro momento, se mostrou contra a derrubada da igreja. Porém, essa posição não durou muito tempo, uma vez que o mesmo fazia parte da Comissão do Plano da Cidade, onde estes últimos queriam a demolição da Igreja. Observamos a mudança de posicionamento do referido jornalista no seguinte artigo, escrito pelo mesmo, no jornal o Diário de Pernambuco:

Não há razão nenhuma para que as demolições do pátio do paraíso poupem a igreja... O que havia de interessante era o antigo templo, reformado, ao que parece, no mesmo tempo em que se perpetuou a infeliz restauração(ou coisa parecida) da velha sé de Olinda [...] mas desde que o que era bom e antigo desapareceu, não há razão para que se conserve a aberração arquitetônica. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 15/01/1944.).

A própria Santa Casa de Misericórdia afirmou que estava com muitas dívidas e que não tinha mais como manter a Igreja e o Hospital, que antes de ser demolido já estava desabilitado. Ao ser anunciada a demolição, a Santa Casa passou a celebrar as missas e as poucas festividades que a Igreja possuía, numa outro templo. O que é interessante analisarmos é que a Santa Casa possuía inúmeros imóveis deixados como doação por vários fiéis, como também no ato da doação do terreno para a construção da Igreja do Paraíso, com o intuito que a mesma não viesse a ter problemas financeiros futuramente. Após um levantamento realizado para saber o real valor dos bens que a Santa Casa possuía, constatou-se que havia inúmeros imóveis que possuíam bons valores imobiliários.

O que verdadeiramente motivou tanto a Santa Casa de Misericórdia, como o Instituto, assim como a Comissão do Plano da Cidade, foram os interesses que todos tinham com o silenciamento da “igrejinha”. Em todo o momento a Santa Casa ainda estava fortemente



IV Colóquio de História

*Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade
de 16 a 19 de novembro de 2010 - UNICAP*

ligada ao Estado. Para a realização das mudanças seriam demolidas algumas casas de posse desta. Porém, criou-se uma grande especulação imobiliária e com isso os edifícios que fossem demolidos ou não, renderiam um alto preço (LORETTO, 2008).

O próprio Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN – não mostrou nenhum parecer sobre o caso, omitindo-se sobre o processo de destruição, uma vez que não havia tombado o templo. Salientamos que neste período foram salvaguardadas várias igrejas no Recife, com exceção da Igreja do Paraíso.

Porém, não foi sem protestos e críticas que o processo de abertura da Avenida Guararapes, como também a Avenida Dantas Barreto foram concluídas.

Levando de roldão as velhas artérias que surgiram à sua frente, a Avenida Dantas Barreto, além de liquidar o Pátio do Paraíso, a Praça do Carmo e provavelmente a Praça Sérgio Loreto, ainda decretou a destruição de seculares ruas dos bairros de Santo Antônio e São José. [...] No começo foi a igreja do Pátio do Paraíso, famosa pelas suas procissões, tão lembrada pelos mais idosos, mas tão esquecida pelos cronistas do Recife. Foi o primeiro templo a ser derrubado. Ficava a Igreja do Paraíso no local onde hoje se ergue o Edifício Santo Albino. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/03/1968)

O que devemos entender é que durante os três momentos da igreja estaremos enquadrando três contextos diferentes, e que os dois últimos momentos vieram sob forma de modernização. Isto nos remete a tentativa de compreensão em 1911 e porque não de 1944, neste último caso, á crítica dos interesses, pois enquanto no primeiro momento se manteve a Igreja, no segundo momento sua demolição foi reflexo de um jogo de interesses políticos, que tentavam legitimar uma nova fase progressista, que encarava o tradicional como atrasado e retrógado. Assim, a Igreja do Paraíso é mutilada e silenciada em 1944, não pela necessidade de abertura da avenida, mas pelo desejo de potencializar a rentabilidade do solo. A Igreja estava localizada no encontro da Avenida Guararapes com a Avenida Dantas Barreto, onde se localiza o Edifício Santo Albino.





7. Considerações finais

A necessidade de trazer a conhecimento o caso da Igreja do Paraíso torna-se relevante, uma vez que poucas pessoas tomaram conhecimento sobre este caso. Todo esse processo nos leva a pensar sobre o âmbito da preservação que desde aquela época, em outros países, e até mesmo aqui no Brasil - uma vez que no ano de 1937 foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional—, não surtiu efeito no caso analisado. A frieza dos urbanistas e engenheiros “modernos”, bem como dos governistas, forneceu a morte da cidade do Recife. As avenidas cresciam liquidando o que era apenas uma cidade que merecia intervenções pontuais, como ocorreram antes de 1930. Não a descaracterizando por completo, como mostraram as intervenções feitas nos anos subsequentes, onde foram organizados planos gerais para a cidade.

Observamos por parte do governo uma obsessão em remodelar a cidade, em destruir o Recife que possuía um aspecto colonial para fornecê-la uma aparência de cidade moderna e desenvolvida, assim como Haussmann fez em Paris, destruindo todos os artefatos que eram considerados insignificantes para a cidade, como ocorreu com as igrejas, e construindo uma nova Paris, moderna e desenvolvida. O Recife passa pelo mesmo processo, porém se torna pior, pois como vimos, foram vários planos urbanísticos que mudavam constantemente e que, mesmo com as mudanças, as demolições e desapropriações não paravam de ocorrer.



IV Colóquio de História

Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade
de 16 a 19 de novembro de 2010 - UNICAP

A condenação de uma igreja por ela não ser de um estilo arquitetônico que por motivos diversos não nos agrada, que para nós não seja relevante ou que ao nosso entender não caracterize a sociedade moderna que está surgindo, não deve ser entendido como fator de destruição e silenciamento. Mais do que um elemento arquitetônico ele é um elemento social e como tal, caracteriza uma época e uma sociedade, que jamais deve ser esquecida. O desaparecimento de parte do Recife secular, para ceder lugar para uma artéria moderna, ampla e espaçosa, no estilo das grandes e largas avenidas, apenas serviu para fazer desaparecer partes de uma cidade que terminou por não se caracterizar nem como moderna, nem como colonial, mas como um local descaracterizado, com parte de sua história esquecida pelos poderosos que levaram os projetos modernizadores à frente.



Figura 3. Pátio do Paraíso. Podemos observar a Igreja do Paraíso, a abertura da Avenida 10 de Novembro, atual Av. Guararapes, e a Matriz de Santo Antônio. Aproximadamente 1942.

Fonte: OUTTES, 1997.

Referências bibliográficas

ALVES, Paulo Reynaldo Maia. **Valores do Recife: O valor do solo na evolução da cidade.** Recife: Luci Artes Gráficas Ltda, 2009.

A Igrejado paraíso e a casa dos expostos. In: **Almanach de Pernambuco.** Recife: Imprensa industrial, 1916.p.205-208.

BERMAN, Marshal. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BICCA, Briane Elizabeth; SILVEIRA BICCA, Paulo Renato (Orgs). **Arquitetura na formação do Brasil.** IPHAN, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.



IV Colóquio de História

*Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade
de 16 a 19 de novembro de 2010 - UNICAP*

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Habitação como fator de acumulação de capital e reprodução das relações sociais de produção- 1937 a 1945.** Dissertação de Mestrado, MDU/UFPE, 1987.

LORETTO, Rosane Piccolo. **Paraíso e Martírios:** Histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral. **Aspectos da descaracterização do Recife.** Coleção Espaço e Tempo I. Recife: Edição do Grêmio Literário Ruy Barbosa, 1951.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação:** cenários para o porto do Rio de Janeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

OUTTES, Joel. **O Recife:** Gênese do Urbanismo 1927- 1943. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

_____. **O Recife pregado à cruz das grandes avenidas:** contribuição à história do urbanismo (1927- 1945). Dissertação de Mestrado, MDU/ UFPE, 1991.

PANDOOLOFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães:** consolidação e crise de uma elite política. Recife: Massangana/Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, 1984.

PARAYM, Orlando. **Traços do Recife:** Ontem e hoje. Recife: SEC, 1978.

PONTUAL, Virgínia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita (Orgs). **História e Paisagem:** ensaios urbanísticos do Recife e de São Luis. Recife: Bagaço, 2005.

_____. **O saber urbanístico no governo da cidade:** uma narrativa do Recife das décadas de 1930 a 1950. São Paulo: Tese de Doutorado/ USP, 1998.

_____. **Uma cidade e dois prefeitos:** narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Recife: Editora da UFPE, 2001.

SETTE, Mário. **Arruar:** história pitoresca do Recife antigo. 3 edição. Recife: Secretária de Educação e Cultura, 1978.

SILVA, Cinthia Fernanda Brasileira da. **A sombra da caridade:** historicizando as Santas Casas de Misericórdias de Portugal a Pernambuco. Monografia de Especialização em História Regional do Brasil : Nordeste - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-Reitoria de Ensino, 2004.